

Sabia que ...?

O emprego em Portugal

1. 52% da população com 15 e mais anos está empregada.
2. A taxa de emprego terá de aumentar 4,4 pontos percentuais para Portugal cumprir o objetivo da Europa 2020.
3. Os imigrantes e descendentes de imigrantes têm taxas de emprego mais elevadas do que a restante população.
4. Cerca de um em cada cinco trabalhadores por conta de outrem não tem um emprego permanente.
5. Quase dois terços dos empregados têm autonomia profissional para escolher as tarefas que desempenham e o modo como as organizam.
6. Cerca de metade da população empregada demora menos de 15 minutos no trajeto casa-trabalho.
7. Por cada 100 empregados há 111 inativos.

Os jovens e o mercado de trabalho

12. A taxa de desemprego dos jovens corresponde a 2,5 vezes a taxa de desemprego total.
13. A taxa de emprego dos jovens é mais elevada para os que tiveram experiência profissional durante os estudos.
14. 42,1% dos jovens encontraram o atual emprego através da rede de contactos pessoais.
15. Cerca de um em cada cinco jovens não está a trabalhar nem em atividades de educação ou formação.

Duração do trabalho

19. 12 anos é a antiguidade média dos trabalhadores a tempo completo no atual emprego.
20. Portugal é o quarto país da União Europeia onde se trabalha habitualmente mais horas por semana.

Pobreza e emprego

23. A taxa de risco de pobreza dos empregados é um quarto da dos desempregados.
24. Portugal é o sétimo país da União Europeia com a mais elevada taxa de risco de pobreza entre empregados.

As mulheres e o emprego

8. Portugal está entre os países da União Europeia com taxas de emprego das mulheres acima da média.
9. A proporção de mulheres empregadas a tempo parcial está 18,8 pontos percentuais abaixo da média europeia.
10. O salário das mulheres é inferior ao dos homens em 14,4% (*gender pay gap* não ajustado).
11. Dois em cada três nados-vivos nascidos em Portugal são filhos de mães empregadas.

A educação e o mercado de trabalho

16. Quase metade da população ativa completou, no máximo, o 3.º ciclo do ensino básico e um quarto o ensino superior.
17. A proporção da população com ensino superior terá de aumentar 5,4 pontos percentuais para Portugal cumprir o objetivo da Europa 2020.
18. Os empregados participam mais em atividades de aprendizagem ao longo da vida do que os desempregados e os inativos.

Remunerações e custo do trabalho

21. O ganho médio anual dos trabalhadores em Portugal é pouco mais de metade da média da União Europeia.
22. Para os empregadores em Portugal, o custo médio de uma hora trabalhada é cerca de metade do da União Europeia.

O desemprego em Portugal

25. A taxa de desemprego atingiu o maior valor de sempre em 2013 e desde então tem vindo a descer.
26. Dois quintos da população empregada a tempo parcial gostaria de trabalhar mais horas.

Dia do Trabalhador – 1 de maio

Por ocasião do Dia Internacional do Trabalhador, o INE disponibiliza informação que permite caracterizar o emprego e o perfil dos trabalhadores em Portugal, recorrendo a um conjunto de indicadores obtido a partir de várias operações estatísticas conduzidas pelo INE e por outras entidades pertencentes ao Sistema Estatístico Nacional.

O emprego em Portugal

1. 52% da população com 15 e mais anos está empregada.

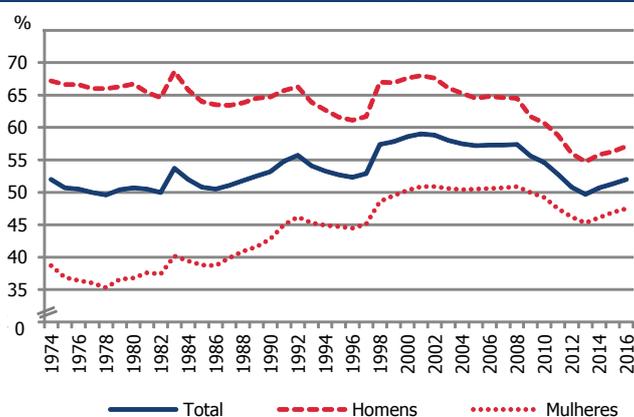
Em 2016, havia 4 605,2 mil pessoas empregadas em Portugal, o que corresponde a 52,0% da população residente com 15 e mais anos (taxa de emprego).

A população empregada nesse ano era superior em um milhão à de 1974 (quando era de 3 694 mil pessoas), mas inferior em meio milhão à de 2002 (5 144 mil) – máximo da população empregada atingido nos últimos 42 anos.¹

A taxa de emprego em 2016 era a mesma que em 1974 (52,0%). De 1974 a 2016, porém, a taxa de emprego dos homens diminuiu consideravelmente (10,1 pontos percentuais, p.p.) e a das mulheres aumentou quase na mesma proporção (8,8 p.p.). Em consequência, em 1974, a taxa de emprego dos homens era superior à das mulheres em 28,5 p.p., enquanto em 2016 a diferença era de 9,6 p.p..

¹ Faz-se notar que, neste longo período, foi utilizada informação proveniente de cinco séries de dados do Inquérito ao Emprego, com características distintas nomeadamente no que se refere à idade mínima de referência da população ativa (de 10 e mais anos na série 1974-1982; 12 e mais anos na série 1983-1991; 14 e mais anos na série 1992-1997; 15 e mais anos na série 1998-2010 e na série iniciada em 2011).

Gráfico 1: Taxa de emprego por sexo



Fonte:

INE,

Inquérito Permanente ao Emprego (série de 1974-1982).

Inquérito ao Emprego (séries de 1983-1991, 1992-1997, 1998-2010, 2011-).

Nota:

Quebras de série em 1983, 1992, 1998 e 2011.

2. A taxa de emprego terá de aumentar 4,4 pontos percentuais para Portugal cumprir o objetivo da Europa 2020.

De acordo com a meta da União Europeia no âmbito da estratégia Europa 2020, que preconiza um espaço europeu com níveis elevados de emprego, 75% da população dos 20 aos 64 anos de idade deverá estar empregada em 2020.

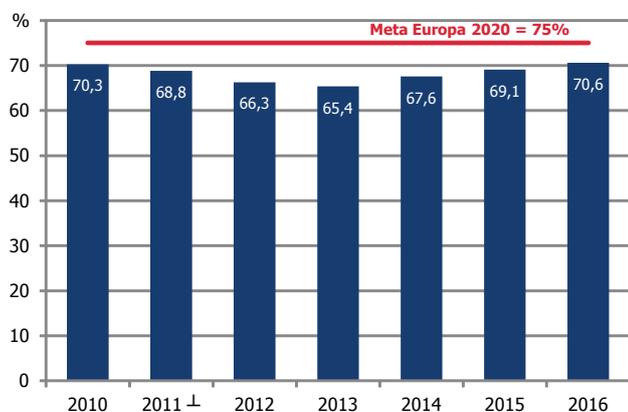
As metas definidas por país são distintas, sendo a estabelecida para Portugal igual à fixada para o conjunto dos 28 países da União Europeia, ou seja, 75%.

Em 2016, a taxa de emprego da população daquele grupo etário em Portugal foi de 70,6%. Isto significa que, de 2017 a 2020, esta taxa terá de aumentar

4,4 pontos percentuais (p.p.), de forma a cumprir-se a meta do país. Note-se, no entanto, que em 2013 Portugal estava à distância de quase 10 p.p. da meta.

Em 2015, Portugal era o 8.º país mais distante do seu objetivo (atrás da Grécia, Espanha, Bulgária, Chipre, Itália, Hungria e Bélgica): com uma taxa de emprego da população dos 20 aos 64 anos de 69,1%, Portugal estava a 5,9 p.p. do pretendido.

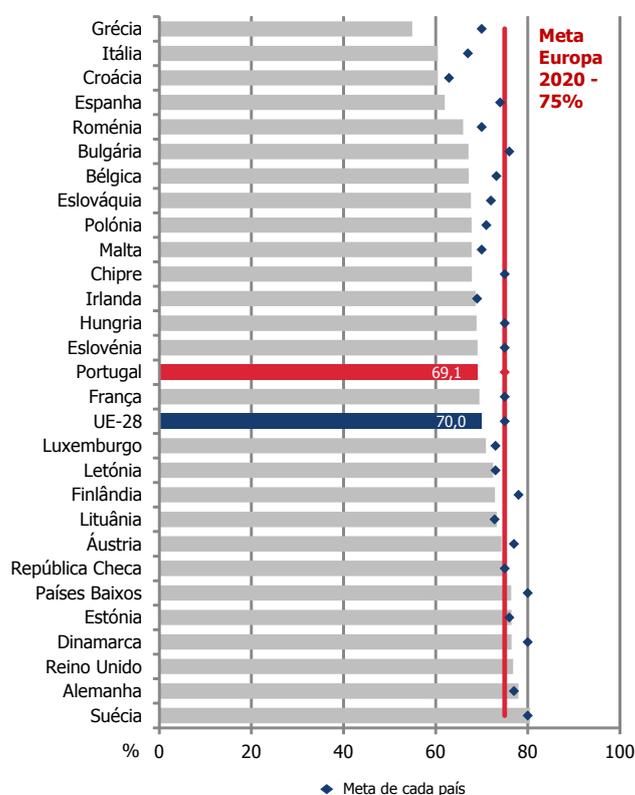
Gráfico 2a: Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos, Portugal



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Nota:
⊥ Quebra de série.

Gráfico 2b: Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos, 2015



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey (INE, Inquérito ao Emprego).

3. Os imigrantes e descendentes de imigrantes têm taxas de emprego mais elevadas do que a restante população.

Em 2014, a taxa de emprego da população dos 25 aos 64 anos imigrante e descendente de imigrantes (pessoas nascidas fora de Portugal ou que, tendo nascido em Portugal, têm pai e/ou mãe nascidos fora do país) era de 72,7%, enquanto que a taxa de emprego da população nascida em Portugal e com ambos os pais nascidos no país era de 70,4%.

A taxa de emprego dos descendentes de imigrantes era superior à dos imigrantes (74,0% e 72,4%, respetivamente).

Em consonância, a taxa de desemprego dos descendentes de imigrantes (13,2%) era inferior à dos imigrantes (15,8%).

Quadro 3: Pessoas dos 25 aos 64 anos segundo a condição perante o trabalho, taxa de emprego e de desemprego, por tipo de *background* imigratório, 2.º trimestre de 2014

Portugal	Total	Empregadas	Desempregadas	Inativas	Taxa de emprego	Taxa de desemprego
	Milhares de pessoas				%	
Total	5 700,0	4 025,4	595,7	1 078,9	70,6	12,9
Pessoas nascidas em Portugal e ambos os pais nascidos em Portugal	4 984,6	3 507,3	502,1	975,2	70,4	12,5
Pessoas nascidas fora de Portugal ou pelo menos um dos pais (pai ou mãe) nascidos fora de Portugal	661,5	480,9	86,9	93,7	72,7	15,3
Pessoas nascidas fora de Portugal	539,1	390,4	73,1	75,6	72,4	15,8
Das quais: Pessoas nascidas em Portugal e pelo menos um dos pais (pai ou mãe) nascidos fora de Portugal	122,3	90,5	13,8	18,1	74,0	13,2

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* de 2014 do Inquérito ao Emprego "Situação dos migrantes e seus descendentes diretos no mercado de trabalho".

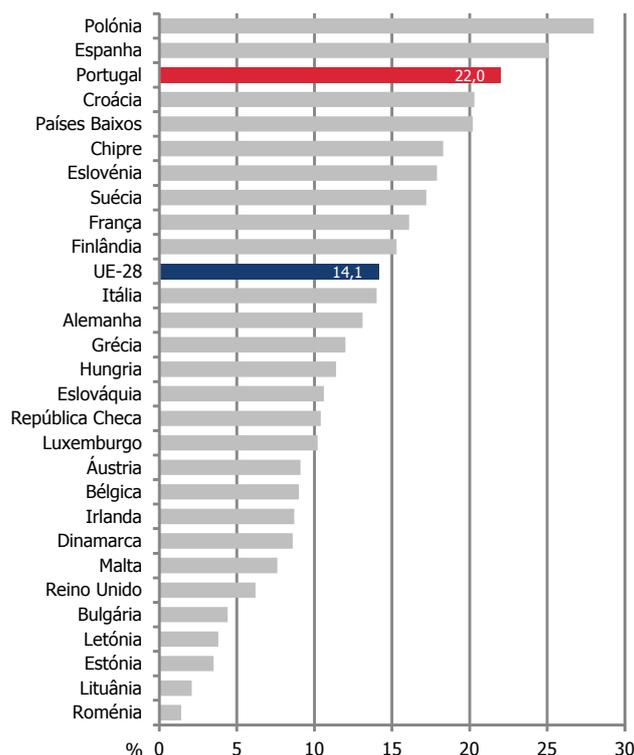
Nota: Por questões de arredondamento e/ou devido à existência de situações não classificáveis, o total pode não corresponder à soma das parcelas.

4. Cerca de um em cada cinco trabalhadores por conta de outrem não tem um emprego permanente.

Em 2016, os trabalhadores por conta de outrem (3 787,2 mil pessoas) representavam 82,2% da população empregada. No conjunto destes trabalhadores, 22,3% (844,0 mil) tinham um contrato não permanente, com termo ou de outro tipo (prestação de serviços).

Em 2015, esta percentagem era de 22,0% (815,1 mil pessoas), mais 7,9 pontos percentuais do que a média da União Europeia (14,1%). Portugal ocupava, assim, o 3.º lugar com a proporção mais elevada, a seguir à Polónia (28,0%) e à Espanha (25,1%).

Gráfico 4: Proporção de trabalhadores por conta de outrem com contrato não permanente, 2015



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey* (INE, Inquérito ao Emprego).

5. Quase dois terços dos empregados têm autonomia profissional para escolher as tarefas que desempenham e o modo como as organizam.

Em 2015, 63,1% dos empregados (2 889,8 mil pessoas) indicaram ter autonomia profissional para decidir e influenciar simultaneamente a escolha das tarefas que executavam e o modo como as organizavam.

No outro extremo, 15,1% (691,1 mil pessoas) afirmaram não ter qualquer autonomia profissional.

Quadro 5: População empregada por autonomia profissional para decidir sobre o tipo e a ordem das tarefas, 2.º trimestre de 2015

Portugal	Milhares de pessoas	%
Total	4 580,8	100,0
Autonomia para decidir o tipo e a ordem das tarefas	2 889,8	63,1
Autonomia para decidir o tipo, mas não a ordem das tarefas	221,0	4,8
Autonomia para decidir a ordem, mas não o tipo de tarefas	266,6	5,8
Nenhuma autonomia	691,1	15,1
Não sabe / Não responde	512,3	11,2

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* de 2015 do Inquérito ao Emprego "Organização do Trabalho e do Tempo de Trabalho".

6. Cerca de metade da população empregada demora menos de 15 minutos no trajeto casa-trabalho.

Em 2015, de entre as pessoas empregadas cujo local de trabalho principal era nas instalações da empresa ou negócio (3 294,8 mil pessoas), 51,3% (1 689,1 mil) referiram demorar, normalmente, menos de 15 minutos para percorrer o trajeto casa-trabalho.

A quase totalidade das pessoas inquiridas (95,9%; 3 158,6 mil pessoas) demorava menos de uma hora no percurso casa-trabalho.

Quadro 6: População empregada cujo local de trabalho principal era nas instalações da empresa ou negócio pelo tempo despendido no trajeto de casa para o local de trabalho, 2.º trimestre de 2015

Portugal	Milhares de pessoas	%
Total	3 294,8	100,0
Menos de 15 minutos	1 689,1	51,3
De 15 a menos de 30 minutos	1 004,9	30,5
De 30 a menos de 60 minutos	464,6	14,1
De 60 a menos de 90 minutos	108,7	3,3
90 e mais minutos	20,3	0,6
Não sabe / Não responde	7,2	0,2

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* de 2015 do Inquérito ao Emprego "Organização do Trabalho e do Tempo de Trabalho".

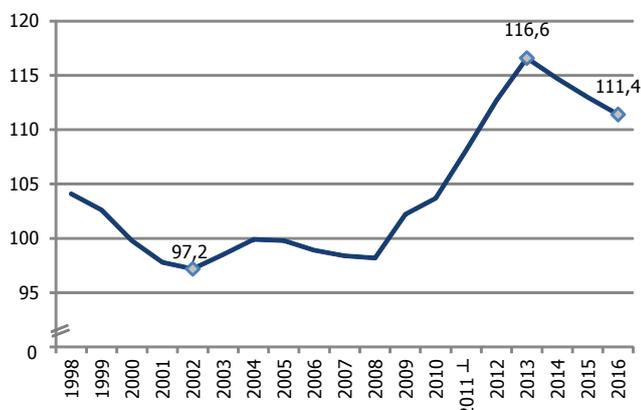
7. Por cada 100 empregados há 111 inativos.

O índice de "dependência" medido pelo número de pessoas inativas por cada 100 empregadas, em 2016, era de 111,4. Este índice tem vindo a descer desde 2013, quando atingiu o seu valor máximo (116,6), o que se justifica pelo aumento da população empregada (mais 175,9 mil pessoas) e pela diminuição da população inativa (menos 36,6 mil). Desde 2009, tem-se mantido acima de 100.

Em 2016, a idade mínima normal de reforma (pensão de velhice) sem penalizações era de 66 anos e dois meses. Nesse ano, as pessoas com idade igual ou superior a 66 anos e dois meses que estavam empregadas representavam 9,7% do total dos empregados.

Em 1998, a idade mínima normal de reforma era de 64 anos para as mulheres e de 65 anos para os homens. Nesse ano, as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos que estavam empregadas correspondiam a 5,6% do total dos empregados.

Gráfico 7: Número de inativos por cada 100 empregados



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Nota:
⊥ Quebra de série.

Para saber mais...

Sobre a metodologia, principais conceitos e acesso a mais indicadores deste tema, consulte o documento *Excel* associado a este destaque.

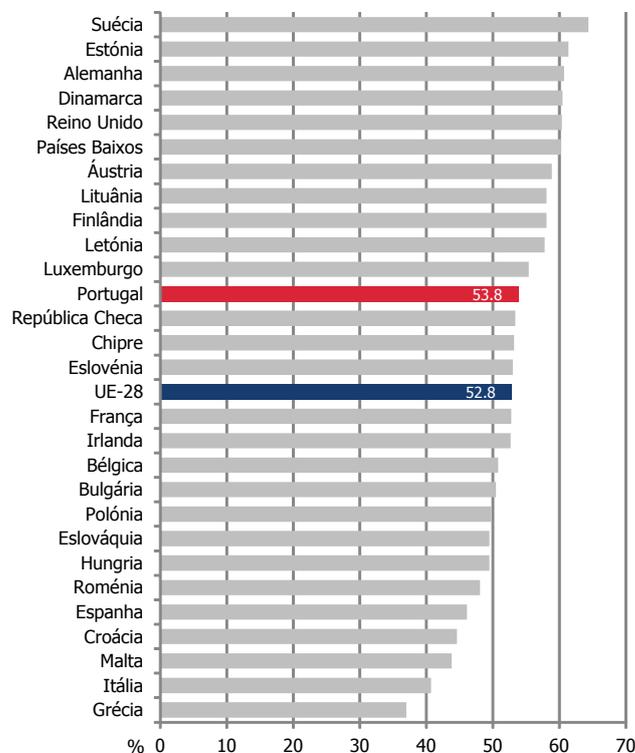
As mulheres e o emprego

8. Portugal está entre os países da União Europeia com taxas de emprego das mulheres acima da média.

Em 2016, a taxa de emprego das mulheres foi de 47,5%. No mesmo ano, a taxa de emprego das mulheres do subgrupo etário dos 15 aos 74 anos foi de 54,6%.

Em 2015, a taxa de emprego das mulheres era de 53,8%, mais um ponto percentual do que a média dos países da União Europeia (52,8%), o que posiciona Portugal como o 12.º país com a taxa de emprego feminina mais elevada neste grupo etário.

Gráfico 8: Taxa de emprego das mulheres dos 15 aos 74 anos, 2015



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey* (INE, Inquérito ao Emprego).

9. A proporção de mulheres empregadas a tempo parcial está 18,8 pontos percentuais abaixo da média europeia.

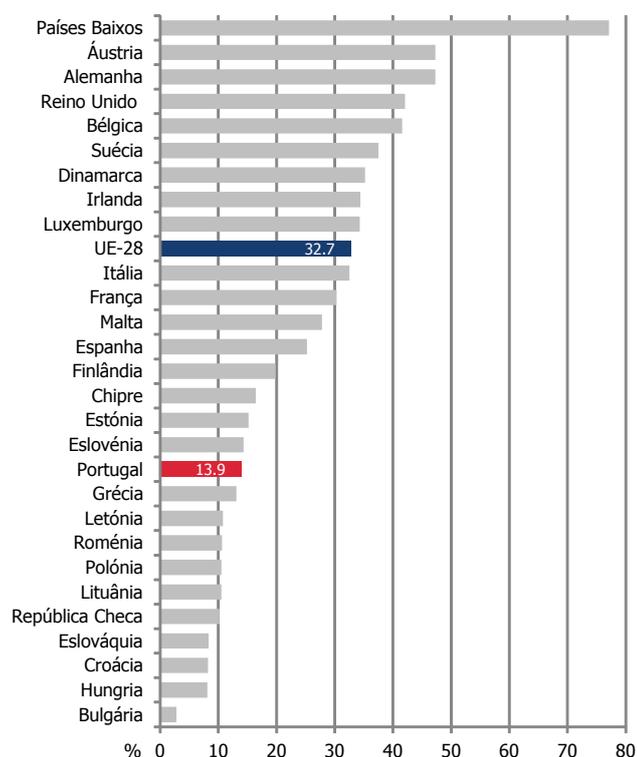
Em 2016, 86,1% das mulheres empregadas trabalhavam a tempo completo e apenas 13,9% trabalhavam a tempo parcial (abrangendo 1 932,8 e 311,0 mil pessoas respetivamente).

No mesmo ano, 86,7% das mulheres empregadas dos 15 aos 74 anos trabalhavam a tempo completo e apenas 13,3% trabalhavam a tempo parcial, o que corresponde a 1 927,2 e 296,1 mil pessoas, respetivamente.

Na União Europeia, em 2015, a proporção de mulheres dos 15 aos 74 anos empregadas a tempo parcial era consideravelmente mais elevada (32,7%), mais 18,8 pontos percentuais do que o observado para Portugal (13,9%).

Portugal era, assim, o 11.º país com a menor proporção de mulheres dos 15 aos 74 anos a trabalhar a tempo parcial. No extremo oposto, com as maiores proporções, encontravam-se os Países Baixos (77,1%), a Alemanha e a Áustria (ambos com 47,3%), o Reino Unido (42,1%) e a Bélgica (41,6%).

Gráfico 9: Proporção de mulheres empregadas dos 15 aos 74 anos a trabalhar a tempo parcial, 2015



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey* (INE, Inquérito ao Emprego).

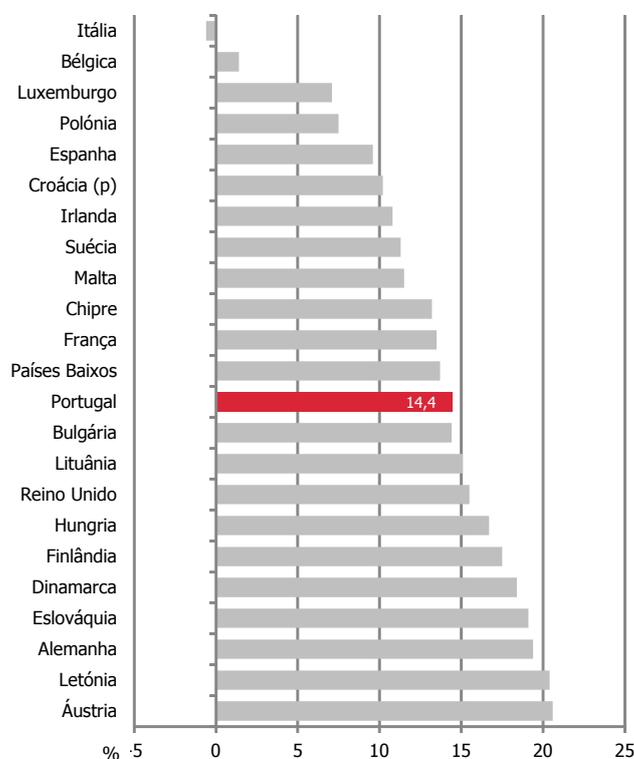
10. O salário das mulheres é inferior ao dos homens em 14,4% (*gender pay gap* não ajustado).

O diferencial salarial horário das mulheres face aos homens, também conhecido por *gender pay gap* não ajustado, é uma medida que não entra em consideração com diferenças existentes nas características individuais dos homens e das mulheres (como o nível de escolaridade ou as qualificações), dos empregos (a antiguidade no atual emprego ou a experiência profissional) e das empresas onde trabalham (o setor de atividade), entre outras.

Em 2014, aquele diferencial salarial das mulheres face aos homens era de 14,4% para os trabalhadores por conta de outrem a tempo completo².

Na União Europeia, a Áustria e a Letónia eram os países com o maior diferencial salarial (20,6% e 20,4%, respetivamente). No outro extremo, situava-se a Itália, onde os homens recebiam menos do que as mulheres (-0,6%)³.

Gráfico 10: Diferencial salarial entre homens e mulheres (*gender pay gap* não ajustado), 2014



Fonte: Eurostat, *Structure of Earnings Survey* (MTSS, Inquérito (quadrienal) à Estrutura dos Ganhos).

Nota:

(p) Valor provisório.

² Em empresas com 10 ou mais trabalhadores nos setores de atividade B a S, excluindo o O, da CAE-Rev. 3 (inclui todas as atividades económicas, exceto a Agricultura, Silvicultura e Pesca e a Administração Pública).

³ O Eurostat entretanto divulgou valores provisórios para 2015. Considerando que estes valores foram obtidos por recurso a metodologias não harmonizadas entre países, o que prejudica a comparabilidade internacional, procedeu-se aqui à divulgação dos resultados definitivos de 2014.

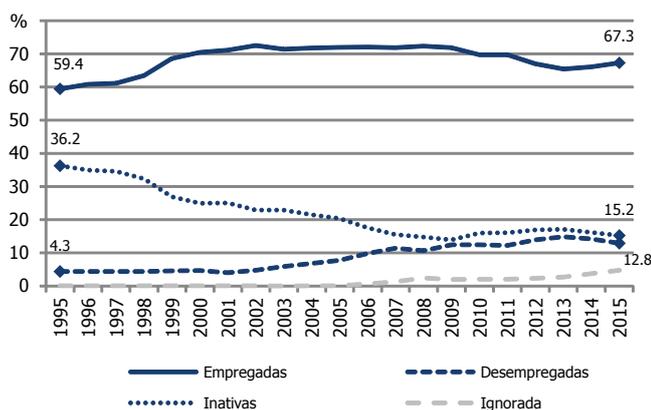
11. Dois em cada três nados-vivos nascidos em Portugal são filhos de mães empregadas.

Em 2015, 67,3% dos nados-vivos tinham as mães empregadas, uma percentagem superior à observada 20 anos antes (59,4%, em 1995).

Contudo, se em 1995 apenas 4,3% dos nados-vivos tinham as suas mães desempregadas, em 2015 esse valor era de 12,8%.

Em sentido inverso evoluiu a percentagem de bebés nascidos de mães inativas (de 36,2%, em 1995, para 15,2%, em 2015).

Gráfico 11: Proporção de nados-vivos por condição perante o trabalho da mãe



Fonte: INE, Nados-Vivos.

Para saber mais...

Sobre a metodologia, principais conceitos e acesso a mais indicadores deste tema, consulte o documento *Excel* associado a este destaque.

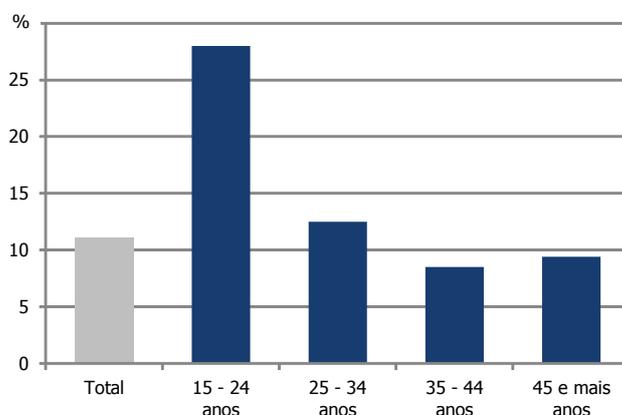
Os jovens e o mercado de trabalho

12. A taxa de desemprego dos jovens corresponde a 2,5 vezes a taxa de desemprego total.

Em 2016, a taxa de desemprego dos jovens dos 15 aos 24 anos (28,0%) era 2,5 vezes a taxa de desemprego total (11,1%).

Nesse ano, o grupo etário com a taxa de desemprego mais baixa foi o dos 35 aos 44 anos (8,5%).

Gráfico 12: Taxa de desemprego por grupo etário, 2016



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Acresce que, do total de jovens (dos 15 aos 24 anos), 9,3% estavam desempregados. Este indicador é habitualmente designado por "rácio de desemprego de jovens" e permite contornar a dificuldade associada à taxa de desemprego de jovens que resulta de incluir, no denominador (população ativa), um número reduzido de jovens – uma vez que muitos ainda são inativos (na sua maioria, estudantes) – e daí resultarem taxas de desemprego específicas elevadas.

13. A taxa de emprego dos jovens é mais elevada para os que tiveram experiência profissional durante os estudos.

Em 2016, os jovens (dos 15 aos 34 anos) que tiveram experiência profissional durante os estudos (no nível de escolaridade mais elevado completo) registaram uma taxa de emprego 7,8 pontos percentuais superior à dos que não tiveram experiência profissional (82,8% e 75,0%, respetivamente).

Adicionalmente, o tempo de entrada no mercado de trabalho foi menor para os que tiveram experiência profissional durante a vida escolar. Com efeito:

- 21,1% já tinham um emprego significativo quando saíram da escola (contra 3,6% dos que não tiveram contacto com o mundo do trabalho);

- 33,9% encontraram emprego no espaço de 3 meses (contra 32,9% dos que não tiveram contacto com o mundo do trabalho);
- O tempo decorrido entre a saída da escola e o início de um emprego significativo igual ou superior a 12 meses também foi menos apontado pelos jovens com experiência profissional durante os estudos (14,3% contra 24,5%).

jovens trabalhadores por conta de outrem (203,9 mil), seguido da resposta a anúncios de emprego (16,9%; 185,1 mil).

Apenas 5,5% da população inquirida declarou ter conseguido o atual emprego através de um Centro de Emprego (60,2 mil pessoas).

Quadro 13: Taxa de emprego e tempo decorrido entre a saída da escola e o início de um emprego significativo da população dos 15 aos 34 anos que não estava a estudar segundo a experiência profissional durante a frequência do nível de escolaridade mais elevado completo, 2.º trimestre de 2016

Portugal	Total	Teve experiência profissional	Não teve experiência profissional
		%	
Taxa de emprego	78,2	82,8	75,0
Tempo decorrido entre a saída da escola e o início de um emprego significativo			
Total	100,0	100,0	100,0
Já tinha um emprego significativo quando saiu da escola	10,8	21,1	3,6
Até 3 meses	32,1	33,9	32,9
Entre mais de 3 a 6 meses	13,4	14,2	13,7
Entre mais de 6 e 11 meses	8,0	7,3	9,2
12 e mais meses	19,3	14,3	24,5
Ainda não encontrou um emprego significativo	7,5	6,4	9,0
Ainda não procurou emprego	1,5	§	2,1
Não sabe / Não responde	7,4	1,9	5,1

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* de 2016 do Inquérito ao Emprego, "Jovens no Mercado de Trabalho".

Sinais convencionais:

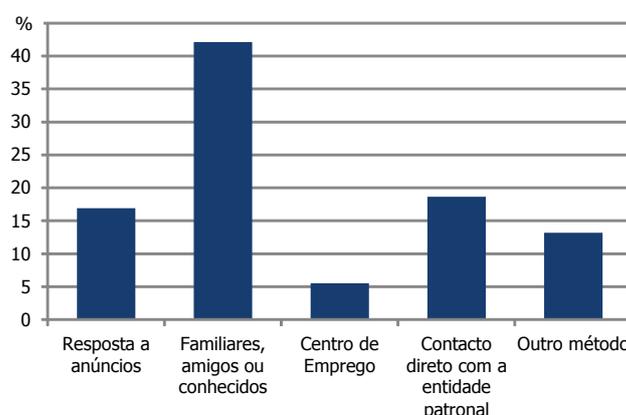
§: Valor com coeficiente de variação elevado.

14. 42,1% dos jovens encontraram o atual emprego através da rede de contactos pessoais.

Em 2016, 42,1% dos trabalhadores por conta de outrem dos 15 aos 34 anos (461,1 mil) indicaram ter encontrado o atual emprego através de familiares, amigos ou conhecidos.

O segundo método mais reportado foi o contacto direto com a entidade patronal, apontado por 18,6% dos

Gráfico 14: Método de procura do atual emprego dos trabalhadores por conta de outrem dos 15 aos 34 anos, 2016



Fonte: INE, Módulo *ad hoc* de 2016 do Inquérito ao Emprego "Jovens no Mercado de Trabalho".

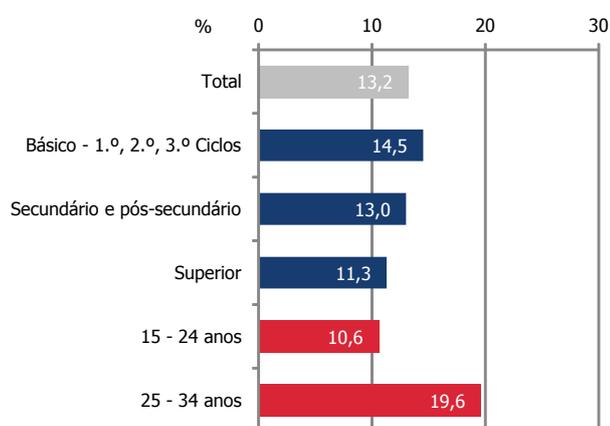
15. Cerca de um em cada cinco jovens não está a trabalhar nem em atividades de educação ou formação.

Em 2016, 13,2% dos jovens (dos 15 aos 34 anos) não estavam empregados (isto é, estavam desempregados ou inativos) e também não estavam a participar em atividades de educação ou formação (também conhecidos por NEEF ou *nem nem*).

- De entre os mais jovens (dos 15 aos 24 anos) não empregados, 10,6% não estavam em atividades de educação ou formação;
- Entre os jovens adultos (dos 25 aos 34 anos), aquela proporção era de 19,6%.

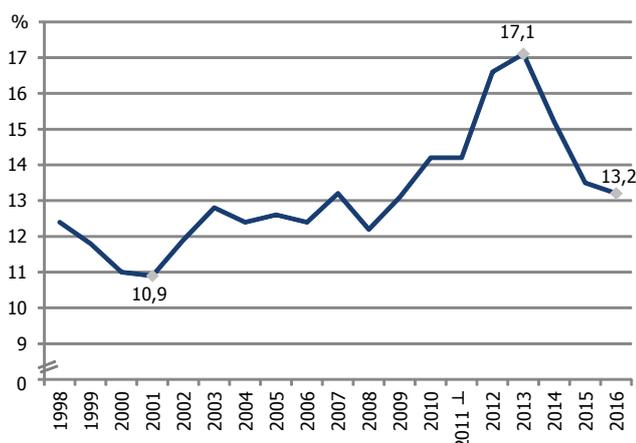
A proporção de jovens (dos 15 aos 34 anos) não empregados que não estavam em educação ou formação era mais elevada entre os que tinham, no máximo, o 3.º ciclo do ensino básico (14,5%) e mais baixa entre os que tinham ensino superior (11,3%).

Gráfico 15a: Taxa de jovens dos 15 aos 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação por nível de escolaridade, 2016



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Gráfico 15b: Taxa de jovens dos 15 aos 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Nota:
⊥ Quebra de série.

A taxa de jovens dos 15 aos 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação subiu genericamente desde 2001 (quando atingiu o seu valor mínimo, de 10,9%) até 2013 (17,1%). Desde então tem vindo a descer.

Para saber mais...

Sobre a metodologia, principais conceitos e acesso a mais indicadores deste tema, consulte o documento *Excel* associado a este destaque.

A educação e o mercado de trabalho

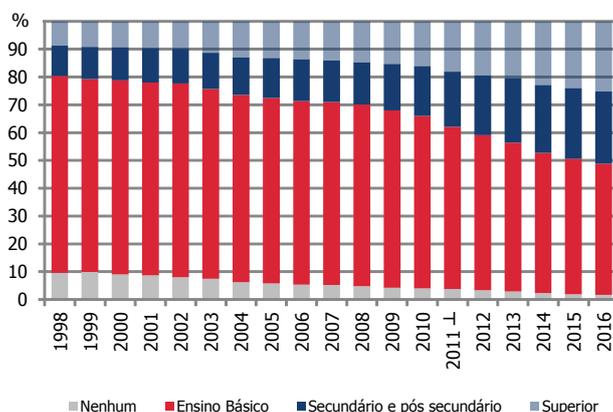
16. Quase metade da população ativa completou, no máximo, o 3.º ciclo do ensino básico e um quarto o ensino superior.

Em 2016, 48,8% da população ativa tinha um nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3.º ciclo do ensino básico (9.º ano) e 25,2% ao ensino superior.

Apesar dos (ainda) baixos níveis de escolaridade da população ativa, assistiu-se a um progresso notável nas últimas décadas. Com efeito, em 1998, 80,3% da população ativa tinha um nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3.º ciclo do ensino básico e 8,7% ao ensino superior.

Acresce que, enquanto em 1998 9,6% da população ativa não tinha completado qualquer nível de escolaridade, em 2016 aquela percentagem era de apenas 1,7%.

Gráfico 16a: Distribuição da população ativa por nível de escolaridade mais elevado completo, Portugal



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

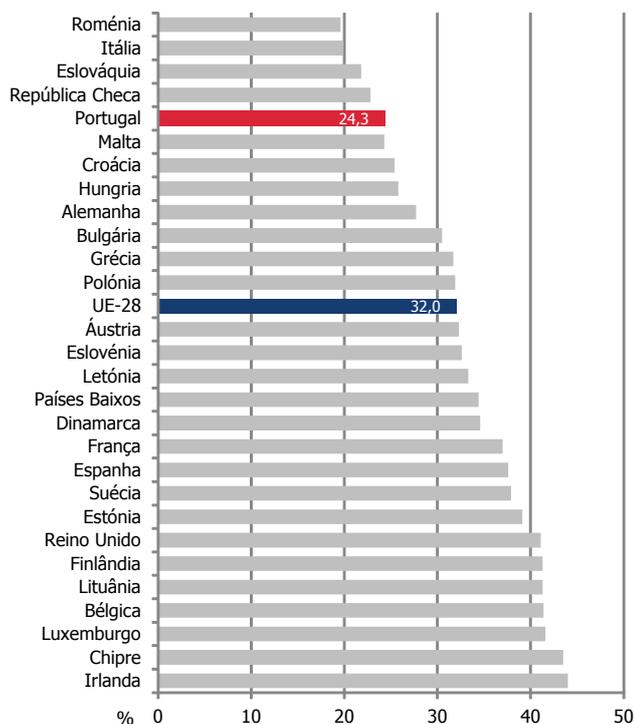
Nota:
⊥ Quebra de série.

Em 2015, Portugal era o país da União Europeia com a maior proporção da população ativa dos 15 aos 74 anos com, no máximo, o 3.º ciclo do ensino básico (50,0%), mais do dobro da média europeia (19,8%).

Era também o 5.º país da União Europeia com a mais baixa proporção da população ativa dos 15 aos 74 anos

com ensino superior (24,3%), consideravelmente abaixo da média europeia (32,0%).

Gráfico 16b: Proporção da população ativa dos 15 aos 74 anos que completou o ensino superior, 2015



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey* (INE, Inquérito ao Emprego).

17.A proporção da população com ensino superior terá de aumentar 5,4 pontos percentuais para Portugal cumprir o objetivo da Europa 2020.

De acordo com a meta da União Europeia (que é também a de Portugal) no âmbito da estratégia Europa 2020, 40% da população dos 30 aos 34 anos deverá ter completado o ensino superior (taxa de escolaridade do ensino superior da população dos 30 aos 34 anos) em 2020.

Em 2016, a taxa de escolaridade do ensino superior da população dos 30 aos 34 anos em Portugal era de 34,6%, pelo que terá de aumentar 5,4 pontos percentuais (p.p.) até 2020 para que o país cumpra a meta estabelecida.

Gráfico 17a: Taxa de escolaridade do ensino superior da população dos 30 aos 34 anos



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

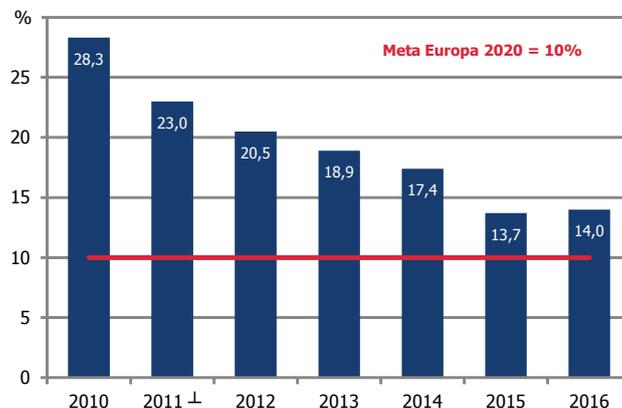
Nota:

⊥ Quebra de série.

Por outro lado, a meta fixada para Portugal relativamente à taxa de abandono precoce de educação e formação (proporção de pessoas com idade dos 18 aos 24 anos com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3.º ciclo do ensino básico e que não participou em atividades de educação ou formação, nas últimas quatro semanas), no âmbito da estratégia Europa 2020, é de 10%.

Em 2016, a taxa de abandono precoce de educação e formação em Portugal era de 14,0%, tendo de baixar 4,0 p.p. para atingir o objetivo estabelecido.

Gráfico 17b: Taxa de abandono precoce de educação e formação



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Nota:

⊥ Quebra de série.

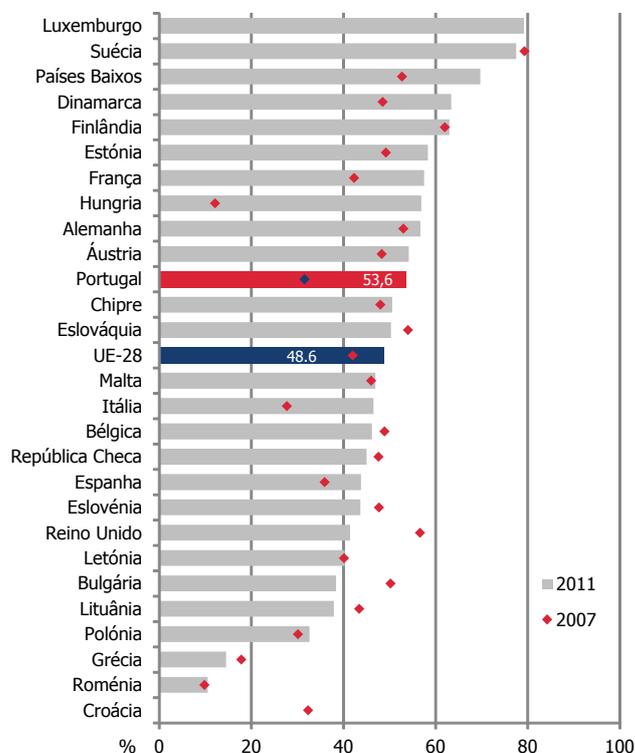
18. Os empregados participam mais em atividades de aprendizagem ao longo da vida do que os desempregados e os inativos?

Em 2011, mais de metade da população empregada dos 25 aos 64 anos (53,6%) tinha participado, nos últimos 12 meses, em algum tipo de atividade de aprendizagem ao longo da vida, proporção consideravelmente mais elevada do que a observada para a população desempregada (37,4%) e para a população inativa (15,6%).

A população empregada participou, sobretudo, em atividades de educação não formal: 50,4% participaram em atividades de educação não formal e 9,7% em atividades de educação formal (aproximadamente metade da taxa observada para a população desempregada: 18,3%).

A população empregada foi também a que mais aumentou a participação em atividades de aprendizagem ao longo da vida entre 2007 e 2011, comparativamente com a população desempregada e a inativa, contribuindo para posicionar o país acima da média europeia. Portugal passou de uma proporção de empregados participantes em atividades de aprendizagem ao longo da vida que se situava cerca de 10,5 pontos percentuais (p.p.) abaixo da média europeia em 2007, para uma posição de 5,0 p.p. acima da média europeia (48,6%) em 2011.

Gráfico 18: Taxa de participação em aprendizagem ao longo da vida da população empregada dos 25 aos 64 anos



Fonte: Eurostat, *Adult Education Survey* (INE, Inquérito à Educação e Formação de Adultos).

Nota:

As médias da UE-28 incluem os valores relativos à Irlanda. Contudo, os mesmos não são disponibilizados individualmente por estarem associados a coeficientes de variação elevados.

Para saber mais...

Sobre a metodologia, principais conceitos e acesso a mais indicadores deste tema, consulte o documento *Excel* associado a este destaque.

Duração do trabalho

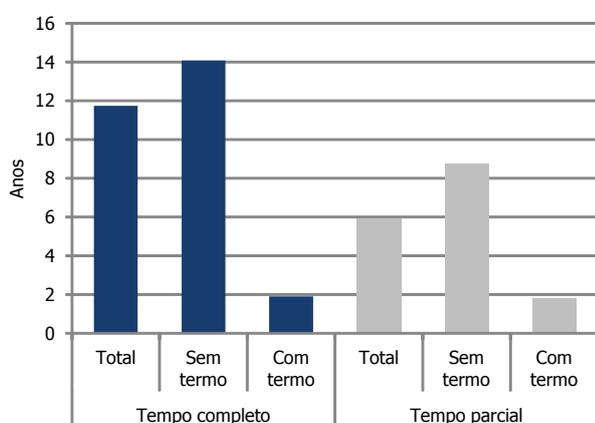
19.12 anos é a antiguidade média dos trabalhadores a tempo completo no atual emprego.

Em 2016, a antiguidade média, no atual emprego, dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo era de cerca de 12 anos: cerca 14 anos para

trabalhadores com contratos sem termo e cerca de 2 anos para trabalhadores com contratos com termo.

Já a antiguidade média, no atual emprego, dos trabalhadores por conta de outrem a tempo parcial era de 6 anos: cerca de 9 anos para trabalhadores com contratos sem termo e de 2 anos para trabalhadores com contratos com termo.

Gráfico 19: Antiguidade média, no atual emprego, dos trabalhadores por conta de outrem por regime de duração do trabalho e tipo de contrato de trabalho, 2016



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

20. Portugal é o quarto país da União Europeia onde se trabalha habitualmente mais horas por semana.

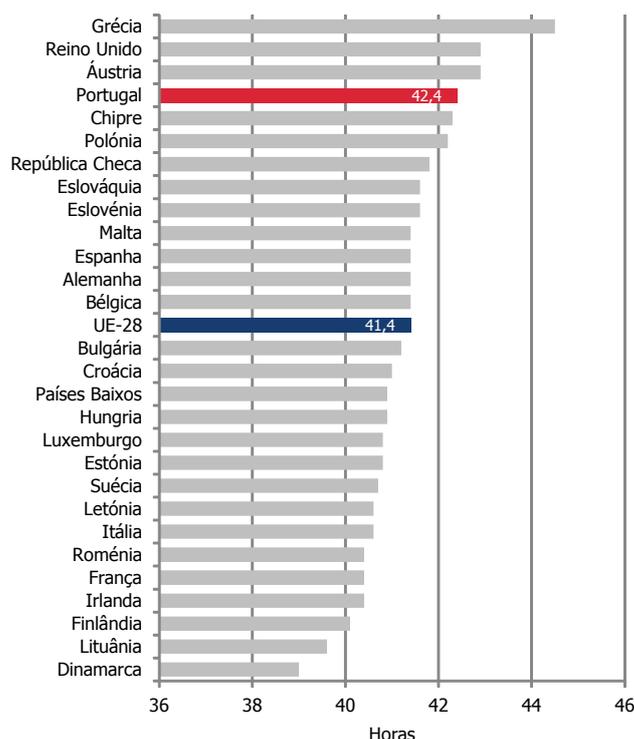
Em 2016, os trabalhadores a tempo completo trabalhavam habitualmente, em média, cerca de 42 horas semanais, sendo que 12,7% trabalhavam mais de 50 horas e 15,7% menos de 40 horas.

Jornadas de trabalho longas (mais de 50 horas por semana) eram mais frequentes entre trabalhadores por conta própria (37,6%) do que entre trabalhadores por conta de outrem (8,9%).

Em 2015, Portugal era o 4.º país da União Europeia com a maior duração média habitual da semana de trabalho dos empregados a tempo completo (42,4 horas), mais uma hora do que a média europeia (41,4 horas). A Grécia era o país com o maior número médio

de horas de trabalho semanais (44,5 horas) e a Dinamarca era o país com menor número médio de horas (39,0 horas).

Gráfico 20: Duração semanal habitual de trabalho dos empregados a tempo completo, 2015



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey (INE, Inquérito ao Emprego).

Para saber mais...

Sobre a metodologia, principais conceitos e acesso a mais indicadores deste tema, consulte o documento *Excel* associado a este destaque.

Remunerações e custo do trabalho

21. O ganho médio anual dos trabalhadores em Portugal é pouco mais de metade da média da União Europeia.

Em 2014, o ganho médio anual (bruto) dos trabalhadores por conta de outrem⁴ era de 17 297€, o

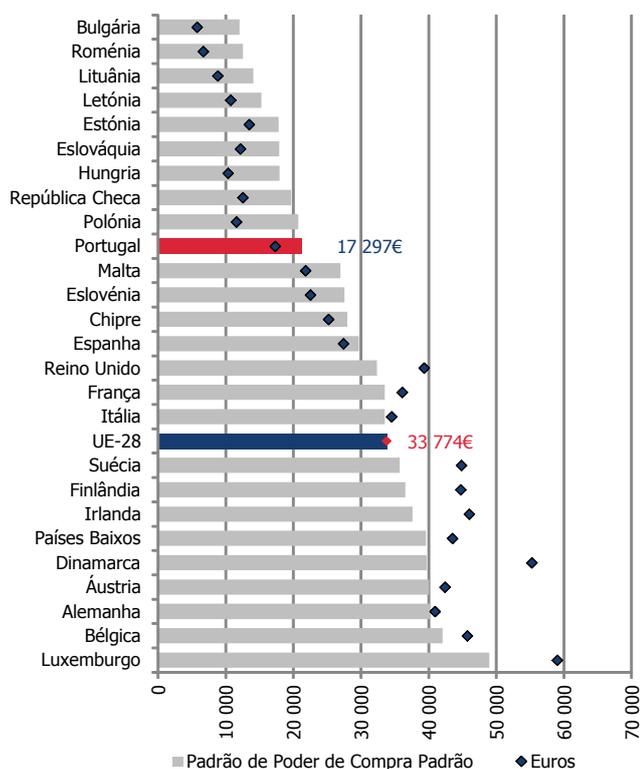
⁴ Em empresas com 10 ou mais trabalhadores nos setores de atividade B a S, excluindo o O, da CAE-Rev. 3 (inclui todas as atividades económicas, exceto a Agricultura, Silvicultura e Pesca e a Administração Pública). Note-se que em Portugal o número de

que corresponde a 51,2% da média europeia (33 774€).

Em Paridade de Poder de Compra Padrão⁵, o ganho médio anual em Portugal era de 21 156€, correspondendo a 62,2% da média europeia (33 774).

Os dois países com maior ganho médio anual, em Paridade de Poder de Compra Padrão, eram o Luxemburgo (48 997) e a Bélgica (42 048) e os dois países com menor ganho médio anual, eram a Roménia (12 557) e a Bulgária (12 026).

Gráfico 21: Ganho médio anual (bruto) dos trabalhadores por conta de outrem, 2014



Fonte: Eurostat, *Structure of Earnings Survey* (MTSSS, Inquérito (quadrienal) à Estrutura dos Ganhos).

empresas com 10 ou mais trabalhadores corresponde a menos de 10% do total de empresas.

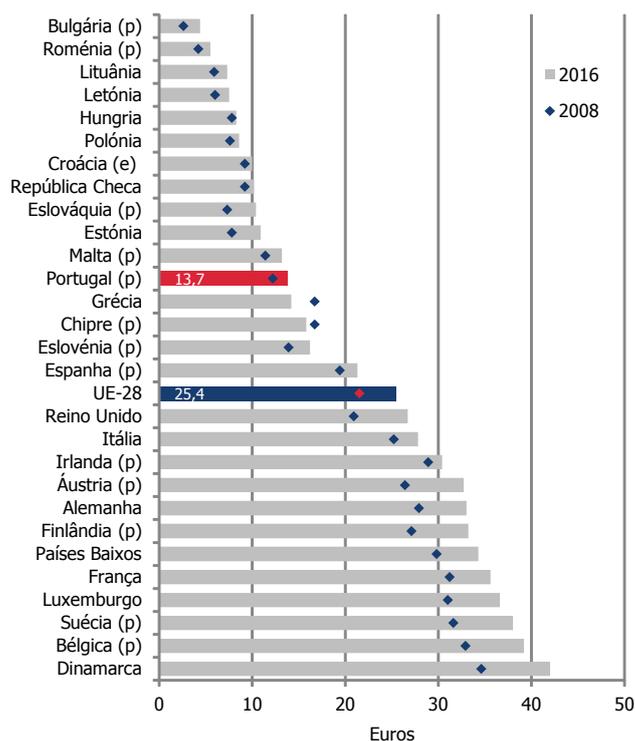
⁵ Unidade monetária artificial de referência (do inglês, *Purchasing Power Standard*) utilizada na União Europeia para expressar o volume dos agregados económicos para efeitos das comparações internacionais, de modo a eliminar as diferenças no nível de preços dos países.

22. Para os empregadores em Portugal, o custo médio de uma hora trabalhada é cerca de metade do da União Europeia.

Em 2016, para os empregadores em Portugal, o custo médio de uma hora trabalhada pelos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo⁶ era de 13,7€, o que corresponde a 53,9% da média da União Europeia (25,4€).

Os três países com custos médios por hora trabalhada mais elevados eram a Dinamarca (41,3€), a Bélgica (39,1€) e a Suécia (37,4€). Os três países com custos médios mais baixos eram a Lituânia (6,8€), a Roménia (5,0€) e a Bulgária (4,1€).

Gráfico 22: Custo médio horário por trabalhador



Fonte: Eurostat, *Labour Cost Survey e Labour Cost Index* (INE, Inquérito (quadrienal) ao Custo da Mão de Obra e Índice de Custo do Trabalho).

Notas:

- (p) Valor provisório.
- (e) Valor estimado.

⁶ Em empresas nos setores de atividade B a S, excluindo o O, da CAE-Rev. 3 (inclui todas as atividades económicas, exceto a Agricultura, Silvicultura e Pesca e a Administração Pública).

Para saber mais...

Sobre a metodologia, principais conceitos e acesso a mais indicadores deste tema, consulte o documento *Excel* associado a este destaque.

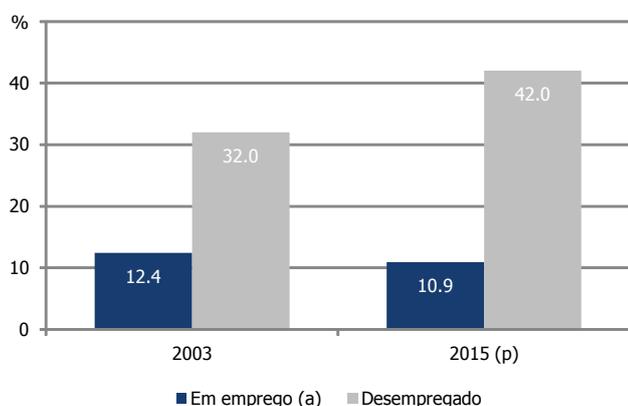
Pobreza e emprego

23. A taxa de risco de pobreza dos empregados é um quarto da dos desempregados.

Em 2015, a taxa de risco de pobreza (após transferências sociais)⁷ das pessoas com 18 e mais anos empregadas foi de 10,9%, quase um quarto da taxa de risco de pobreza das pessoas desempregadas (42,0%).

Entre 2003 e 2015, a taxa de risco de pobreza das pessoas empregadas diminuiu 1,5 pontos percentuais (p.p.) e a das desempregadas aumentou 10 p.p..

Gráfico 23: Taxa de risco de pobreza (após transferências sociais) da população com 18 e mais anos por condição perante o trabalho mais frequente



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento.

Nota:

- (a) "Em emprego": inclui apenas as situações na profissão "trabalhador por conta de outrem" e "trabalhador por conta própria".
- (p) Valor provisório.

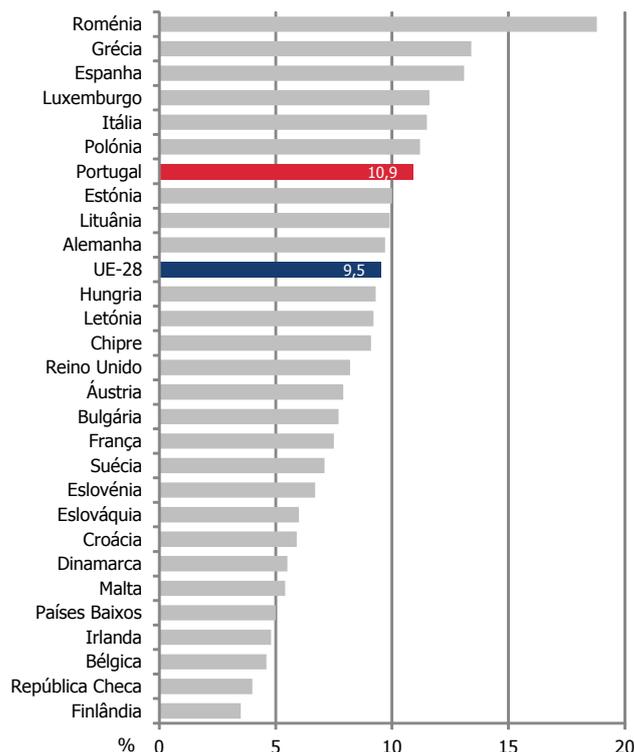
⁷ A taxa de risco de pobreza corresponde à proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza, definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente – para mais detalhes sobre este indicador, consultar a Metainformação associada a este Destaque.

24. Portugal é o sétimo país da União Europeia com a mais elevada taxa de risco de pobreza entre empregados.

Em 2014, Portugal era o 7.º país com a mais elevada taxa de risco de pobreza (após transferências sociais) entre a população empregada com 18 e mais anos (10,9%), acima, mas perto, da média do conjunto dos 28 países da União Europeia (9,5%).

Aquele valor revela um agravamento face a 2009⁸, quando a taxa de risco de pobreza da população empregada era de 9,7% para Portugal, também nessa altura superior à média europeia (8,3%).

Gráfico 24: Taxa de risco de pobreza (após transferências sociais) da população com 18 e mais anos em emprego (condição mais frequente), 2014



Fonte: Eurostat, *Statistics on Income and Living Conditions Survey* (INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento).

Nota:

- "Em emprego": inclui apenas as situações na profissão "trabalhador por conta de outrem" e "trabalhador por conta própria".

⁸ Primeiro ano para o qual há dados para os 28 países da União Europeia.

Para saber mais...

Sobre a metodologia, principais conceitos e acesso a mais indicadores deste tema, consulte o documento *Excel* associado a este destaque.

O desemprego em Portugal

25. A taxa de desemprego atingiu o maior valor de sempre em 2013 e desde então tem vindo a descer.

Em 2016, a taxa de desemprego (proporção da população ativa que se encontra desempregada) era de 11,1%.

Em 2013, esta taxa atingiu o valor mais alto de sempre (16,2%).

A proporção de desempregados de longa duração (à procura de emprego há 12 ou mais meses), era de 62,1%, em 2016, abaixo do máximo, de 65,5%, observado em 2014.

Em 2016, 42,9% dos desempregados saíram do anterior emprego por despedimento e 34,8% porque tinham um contrato de duração limitada.

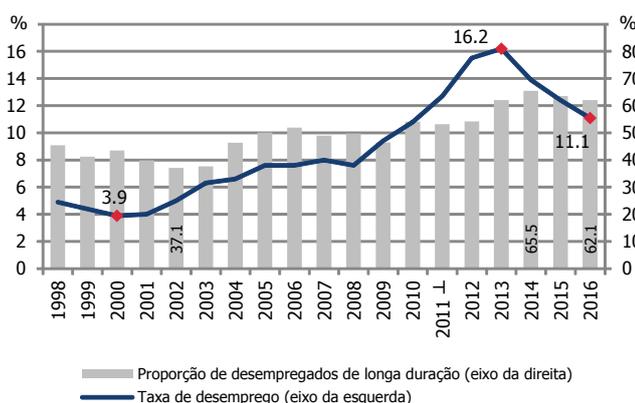
26. Dois quintos da população empregada a tempo parcial gostaria de trabalhar mais horas.

Em 2016, o número de pessoas empregadas dos 15 aos 74 anos a tempo parcial que gostariam de trabalhar mais horas (subemprego de trabalhadores a tempo parcial) foi de 226,7 mil pessoas, o que corresponde a 4,9% da população empregada e a 41,3% da população empregada a tempo parcial.

Por outro lado, o número de inativos à procura de emprego mas não disponíveis para trabalhar era de 20,5 mil (0,6% da população inativa com 15 e mais anos) e o de inativos disponíveis para trabalhar mas que não procuram emprego era de 237,6 mil (6,5%). O conjunto formado pelos indivíduos inativos destes dois grupos é habitualmente designado de "força de trabalho adicional potencial", uma vez que estes indivíduos partilham alguns (mas não todos) os requisitos e os atributos dos desempregados.

Os três grupos correspondem àquilo que se designa habitualmente por "indicadores suplementares de desemprego", divulgados trimestralmente pelo INE e pelo Eurostat. Em Portugal, em 2016, este grupo alargado era formado por 484,8 mil pessoas.

Gráfico 25: Taxa de desemprego e proporção de desempregados de longa duração (à procura de emprego há 12 e mais meses)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Nota:

⊥ Quebra de série.

Para saber mais...

Sobre a metodologia, principais conceitos e acesso a mais indicadores deste tema, consulte o documento *Excel* associado a este destaque.

Indicadores suplementares do desemprego (subemprego e força de trabalho adicional potencial), 2016

Unidade: Milhares de indivíduos

